

BOLETIM DE CONJUNTURA

DIIESE DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Número 30 – Agosto/Setembro de 2021



UM PAÍS INTERROMPIDO, UM POVO QUE LUTA

O Brasil vive, em 2021, o ano de maior mortalidade desde o início da República. Até os primeiros dias de setembro, foram registrados 1.305.522 óbitos no país¹. Em todo o ano de 2019, antes da pandemia, foram 1.273.623 mortes. Em 2020, sob impacto da covid-19, houve 1.464.703 óbitos.

Desde o início da pandemia, quase 600 mil mortes foram oficialmente registradas no país por covid-19. O Brasil fica atrás apenas dos EUA, onde 660 mil pessoas morreram em decorrência da doença. Também em relação à quantidade de casos confirmados, o país está entre os líderes nesse trágico ranking: os números brasileiros (21,4 milhões) só são inferiores aos dos EUA (mais de 43 milhões) e aos da Índia (33,7 milhões)². Na Rússia, por conta da intensa circulação das variantes do vírus, como a delta, tem início uma terceira onda de casos e mortes – situação que não pode ser descartada de acontecer no Brasil, com igual intensidade. Por aqui a vacinação segue em ritmo muito aquém do necessário, com pouco mais de 40% da população brasileira imunizada com duas doses ou com a vacina de dose única. Importante registrar que cerca de 30% da população mundial está imunizada.

O Brasil e outros países, notadamente os mais pobres, estão muito distantes de superar a situação mais crítica da pandemia. Já a China e a maior parte da União Européia convivem há algum tempo com a endemia de covid-19, quer dizer, o vírus segue circulando e exigindo vacinação recorrente para não ser tão letal nem paralisar a atividade social e econômica.

PIB desacelera e indicadores setoriais já indicam estagnação

Os resultados do PIB no segundo trimestre de 2021 demonstram persistente fraqueza, que perdura desde a recessão de 2015-2016 e decorre de uma política monetária e fiscal equivocada por parte do governo federal, no contexto mais amplo de completa ausência de projeto nacional de desenvolvimento.

¹ Os dados são do portal de Transparência do Registro Civil, mantido pela Arpen Brasil (Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais), acessível em: <https://transparencia.registrocivil.org.br/inicio>

² Os dados são compilados pela *Johns Hopkins Coronavirus Research Center* e acessíveis em: <https://coronavirus.jhu.edu/data/mortality>

É importante destacar que a base de comparação desses dados mais recentes é o segundo trimestre de 2020, em que a economia brasileira praticamente parou diante da necessidade de abrupto isolamento social por conta do início da circulação do vírus. Assim, observa-se que o país está retornando ao ritmo de baixo crescimento econômico, com deterioração das condições de vida de quase toda a população, afetada pelo desemprego, inflação crescente e completa ausência de perspectivas.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a variação do PIB do primeiro para o segundo trimestre de 2021 foi negativa, de -0,1%. Já em relação ao segundo trimestre de 2020, houve aumento de 12,4% (resultado esperado diante da base de comparação deprimida), enquanto no acumulado de 12 meses, o indicador apontou avanço de 1,8%, ritmo semelhante ao verificado antes da pandemia.

O desempenho brasileiro ficou muito abaixo dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), por exemplo. Entre 29 desses países mais industrializados e ricos do planeta, a média de crescimento entre o primeiro e o segundo trimestre de 2021 foi de 1,9%. Países como Portugal, Reino Unido e Áustria registraram taxas acima de 4%; a China cresceu 1,3%, o México, 1,5% e o Chile, 1,0%. Em comum entre todos esses países está um conjunto de esforços nacionalmente coordenados para combater a circulação do coronavírus (incluindo *lockdown* e vacinação massiva), o que garantiu mortalidade menor e reabertura eficaz da economia.

O PIB brasileiro por setor, na comparação com o mesmo trimestre de 2020, registra aumento em todos os segmentos, devido à base deprimida. Mas em relação ao 1º trimestre de 2021, *houve queda na agropecuária, indústria de transformação e nos serviços industriais de utilidade pública (eletricidade, gás, água, esgoto)*. O maior crescimento ocorreu nas atividades de *informação e comunicação, indústria extrativa, construção e outras atividades de serviços*. Se observado o acumulado em 12 meses, *indústria de transformação, comércio, informação e comunicação e atividades financeiras* tiveram alta mais pronunciada, enquanto *outros serviços e administração pública* tiveram quedas.

Entre o primeiro e o segundo trimestre de 2021, o consumo das famílias ficou estável, ao passo que foi registrado pequeno acréscimo no consumo do governo; a formação bruta de capital fixo (investimentos) teve queda considerável, de 3,6%, e houve crescimento expressivo das exportações e diminuição das importações. Considerando os resultados no acumulado de 12 meses, consumo do governo, importações e consumo das famílias apresentam resultados negativos, enquanto as exportações e a formação bruta de capital fixo são positivas.

O PIB do segundo trimestre de 2021 indica que o país ainda não recuperou o patamar da economia brasileira de 2014, antes da crise de 2015-2016, e o ritmo permanece lento. Com exceção da

agropecuária, pelo lado setorial, e das exportações, todos os demais setores e itens da demanda estão abaixo do verificado em 2014.

A agricultura, que apresentava desempenho acima dos demais setores, mesmo no contexto da pandemia, teve queda, sobretudo pelo fraco desempenho de culturas como milho, algodão e café, e foi afetada pelos efeitos adversos do clima.

A indústria de transformação, entre o primeiro e o segundo trimestre de 2021, registrou queda de 2,2%, uma vez que o aumento da demanda setorial foi suprido, em grande parte, pela redução de estoques acumulados. Um novo ciclo de retomada da produção vinculado à recomposição de estoques, no entanto, já é limitado por desafios como: demanda interna instável devido ao alto desemprego e renda em queda; auxílio emergencial em valor menor; falta de insumos, como semicondutores na indústria automotiva; repasses de aumento de custos vinculados ao câmbio; elevação dos preços da energia elétrica e ameaça de falta de energia. A indústria extrativa, por sua vez, se recupera devido à retomada da economia internacional e à melhora dos preços internacionais de *commodities*.

Os investimentos registraram queda expressiva entre o primeiro e o segundo trimestre de 2021, embora o crescimento seja considerável no acumulado de 12 meses. Entretanto, esse resultado sofre influência principalmente do Repetro, regime de isenção tributária para importação de maquinário para a indústria de petróleo e gás natural, cujos efeitos são passageiros e estão se dissipando com o passar dos meses. A retomada da construção civil também influenciou a taxa de investimentos e essa atividade deve sofrer impactos negativos ainda em 2021, por conta de aumento de custos, falta de insumos e nova rodada de aumento de juros pelo Banco Central, o que manterá o setor da construção civil ainda em níveis inferiores aos verificados antes da pandemia.

As expectativas para o PIB de 2021, coletadas pelo Banco Central, já estão na casa de 5%, após sucessivas revisões para baixo, enquanto para 2022 se situam ao redor de 1,5%, embora alguns bancos e consultorias já revisem para patamares inferiores, chegando a até 0,5% nos cenários mais pessimistas.

Inflação e carestia

Os trabalhadores no Brasil sentem no bolso o avanço no custo de vida, desde o início da pandemia, especialmente por causa da elevação no preço de alimentos, a partir de setembro do ano passado. É a carestia que assola milhões de brasileiros desde 2020, com aumento dos preços dos alimentos e a elevação do valor dos combustíveis e da energia elétrica. E, para conter a inflação, o Banco Central recorre ao mesmo e inútil mecanismo de elevação da taxa de juros com efeitos deletérios em uma economia já combalida.

A atual pressão inflacionária na economia brasileira decorre de condicionantes conjunturais e decisões da política econômica. Entretanto, nenhum desses determinantes guarda relação com elevação ou excesso de gastos públicos derivados de uma política monetária e fiscal expansionista ou aumento da demanda, como propagandeiam os analistas de mercado. O aumento do nível geral de preços é, antes de tudo, um fenômeno mundial que ganhou ímpeto a partir do segundo semestre de 2020. Trata-se de um movimento associado basicamente: à expressiva elevação na cotação das *commodities* no mercado internacional (que, entretanto, desacelera desde maio de 2021); ao aparecimento de pontos de estrangulamento nas cadeias produtivas globais, decorrentes dos efeitos da pandemia, como a falta de semicondutores para a indústria automotiva (problemas que tendem a perder impulso com o progresso da vacinação em escala global); e à estiagem prolongada, que limita o desempenho da agropecuária e esvazia os reservatórios de água.

No Brasil, esses choques sobre o nível geral de preços foram amplificados pela política econômica desastrosa do governo: a política cambial, que permitiu forte desvalorização especulativa do real diante do dólar (mesmo com confortável situação do balanço de pagamentos); ausência de política de estoques reguladores para evitar escassez na oferta interna de produtos agrícolas; subordinação da política de preços da Petrobras à geração de lucros e dividendos para os acionistas, nacionais e estrangeiros; falta de política de administração da crise energética, que permitiu o desabastecimento dos reservatórios das principais hidrelétricas e colocou no radar um risco real de apagões.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE) teve alta de 0,87% em agosto, a maior para o mês desde 2000. Com isso, o indicador acumula altas de 5,67% no ano e de 9,68% nos últimos 12 meses, acima do registrado nos 12 meses imediatamente anteriores (8,99%). Em agosto do ano passado, a variação mensal foi de 0,24%.

Oito dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados subiram em agosto, com destaque para o dos transportes, que teve a maior alta de preços, por conta dos combustíveis (a maior variação, 1,4%, e o maior impacto no índice geral). A gasolina subiu 2,8%, enquanto o etanol teve elevação de 4,5%. Gás veicular (2%) e óleo diesel (1,7%) também ficaram mais caros no mês. No ano, a gasolina acumula alta de 31%, o etanol, de 40,7%, e o diesel, de 28% (percentual que ainda não considera o aumento de 8,9% anunciado pela Petrobras, em 28/9, para o preço do diesel nas refinarias).

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE) teve alta de 0,88% em agosto, pouco abaixo do resultado de julho (1,02%). No ano, o indicador acumula elevação de 5,94% e, em 12 meses, de 10,42%, acima dos 9,85% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em agosto de 2020, a taxa foi de 0,36%.

O custo médio da cesta básica de alimentos aumentou em 13 cidades e diminuiu em quatro, de acordo com a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada mensalmente pelo DIEESE em 17 capitais. Ao comparar agosto de 2020 a agosto de 2021, o preço do conjunto de alimentos básicos subiu em todas as capitais que fazem parte do levantamento, em percentuais que oscilaram entre 11,9%, em Recife, e 34,1%, em Brasília.

Com base na cesta mais cara que, em agosto, foi a de Porto Alegre, o DIEESE estima que o salário mínimo necessário deveria ser equivalente a R\$ 5.583,90, o que corresponde a 5,08 vezes o piso nacional vigente, de R\$ 1.100,00. O cálculo é feito levando em consideração uma família de quatro pessoas, com dois adultos e duas crianças.

Informalidade e subocupação no mercado de trabalho

A taxa de desocupação foi de 14,1% no segundo trimestre deste ano – o que correspondeu a 14,4 milhões de pessoas em busca de trabalho. O total de pessoas ocupadas somou 87,8 milhões, ou seja, menos da metade da população em idade para trabalhar está ocupada no país. O número de empregados com carteira assinada no setor privado totalizou 30,2 milhões no segundo trimestre do ano, patamar em que se encontra estagnado há alguns meses. O número de empregados no setor privado sem carteira atingiu 10,0 milhões, cerca de 1,4 milhão de pessoas a mais em relação ao segundo trimestre do ano passado.

Outro destaque da precarização no mercado de trabalho brasileiro foi o aumento do trabalho por conta própria, que alcançou o patamar recorde de 24,8 milhões de pessoas, crescimento de 4,2% na comparação com o trimestre anterior. Em um ano, o contingente avançou 3,2 milhões de pessoas, alta de 14,7%. Inclusive 52,2% da alta da ocupação na comparação mensal e 62,7% do aumento na comparação anual vieram da ampliação do número de trabalhadores por conta própria sem CNPJ.

Os trabalhadores informais - grupo em que estão os sem carteira assinada (empregados do setor privado ou trabalhadores domésticos), sem CNPJ (empregadores ou empregados por conta própria) ou trabalhadores sem remuneração - somaram 35,6 milhões de pessoas, 40,6%. Há um ano, esse contingente era menor: 30,8 milhões, 36,9%.

A Pnad-IBGE mostrou ainda que os trabalhadores subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, aqueles que trabalham menos horas do que poderiam trabalhar, atingiu o número recorde de 7,5 milhões de pessoas no segundo trimestre de 2021, elevação de 34,4% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, quando havia no país 5,6 milhões de pessoas subocupadas. Os desalentados somaram 5,6 milhões, pessoas que desistiram de procurar trabalho devido às condições estruturais do mercado, mesmo número do segundo trimestre do ano passado.

As greves de desalento

Nesse primeiro semestre de 2021, o Sistema de Acompanhamento de Greves do DIEESE registrou 366 greves. É praticamente a mesma quantidade registrada no primeiro semestre de 2020, sob impacto da pandemia, mas representa o menor patamar de paralisações para os primeiros seis meses do ano na última década. Os trabalhadores da esfera privada deflagraram 69% das mobilizações. A maioria das greves (55%) foi encerrada no mesmo dia em que foi iniciada e apenas 12% alongaram-se por mais de 10 dias³.

Nesse primeiro semestre, 92% das greves incluíram itens de caráter defensivo na pauta de reivindicações, ou seja, eram paralisações para proteger as condições de trabalho vigentes, ameaçadas por alguma situação; pelo respeito a condições mínimas de trabalho, saúde e segurança; ou contra o descumprimento de direitos estabelecidos em acordo, convenção coletiva ou legislação. Reivindicações relacionadas ao pagamento de vencimentos em atraso (salário, férias e décimo terceiro) foram as mais frequentes (42%).

Em seguida, presente em 28% das greves, esteve a demanda por melhores condições de segurança – principalmente no aspecto sanitário, na prevenção contra a contaminação pela covid-19 – e o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como álcool em gel, máscaras e luvas. Ao longo dos meses, do início ao fim do semestre, as pautas relacionadas à pandemia do coronavírus tiveram a ênfase deslocada. Da demanda pela implementação de medidas locais de segurança – como o remanejamento dos postos de trabalho a fim de evitar a aglomeração de trabalhadores, a realização periódica de testagem que indique se há circulação do vírus no ambiente de trabalho e o reforço da limpeza nos ambientes compartilhados (banheiros, em especial) – passaram progressivamente para a exigência da imunização através da vacinação.

O que o primeiro semestre de 2021 revelou (e que muito provavelmente estará presente nos dados completos, depois do fim do ano) foi a preponderância das greves deflagradas no setor privado, algo que já se verificava em 2020 e que agora aparece de forma mais acentuada. Isso se deve à crescente importância das greves de categorias que, apesar das recomendações de confinamento doméstico e distanciamento social – dado o caráter de essencialidade do serviço em que atuam – não puderam contar, para a defesa contra a contaminação pelo novo coronavírus, com recursos como férias coletivas, suspensão temporária de contratos, redução de jornada e salário e o grande privilégio do exercício remoto do trabalho. Rodoviários do transporte coletivo, trabalhadores de limpeza e serviços gerais, profissionais da enfermagem permaneceram todos em atividade; em especial, os trabalhadores da saúde, agora ainda mais solicitados.

³ Acesse o estudo completo: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2021/estPesq100greves1sem21.html>

Também chama atenção a enorme quantidade de greves que, pela centralidade recente que passaram a ocupar e por traços bem particulares, requerem definição própria. Essas greves, que podem ser chamadas de “greves de desalento”, são mobilizações sem esperança. Encampadas principalmente por trabalhadores menos qualificados, empregados por empresas prestadoras de serviços terceirizados, exigem a regularização dos salários atrasados há meses e deixam a impressão de que, em caso de dispensa ou fechamento da empresa, as verbas rescisórias tampouco serão pagas. O retorno ao desemprego, por meio de algum gesto de retaliação da empresa, não chega a preocupar, desde que os valores devidos sejam pagos imediatamente ou em prazo muito curto.

Em desamparo, tais trabalhadores procuraram o Sindicato, a Justiça ou qualquer forma institucional de poder capaz de remediar uma situação que se tornou extrema. Trabalhadores que atuam no asseio, na prestação de serviços gerais, e mesmo técnicos e auxiliares de enfermagem, encontraram-se com frequência na liderança de greves desse tipo, que devem persistir até o fim do ano.

Sinais de esperança

No mês em que o educador e filósofo Paulo Freire completaria 100 anos de vida, uma leitura da triste conjuntura no país não pode ser concluída sem anunciar as conquistas de resistência do movimento sindical. São vitórias em três frentes de luta.

A primeira e mais emergencial continua a ser a garantia de renda para os trabalhadores, seja por meio do auxílio emergencial, conquistado em 2020 e que ainda é pago, mesmo em valores menores, ou da conquista de algum reajuste salarial nas difíceis negociações coletivas de 2021⁴, enfrentando as crescentes taxas de inflação que vão se acumulando nas datas-bases ao longo desse segundo semestre.

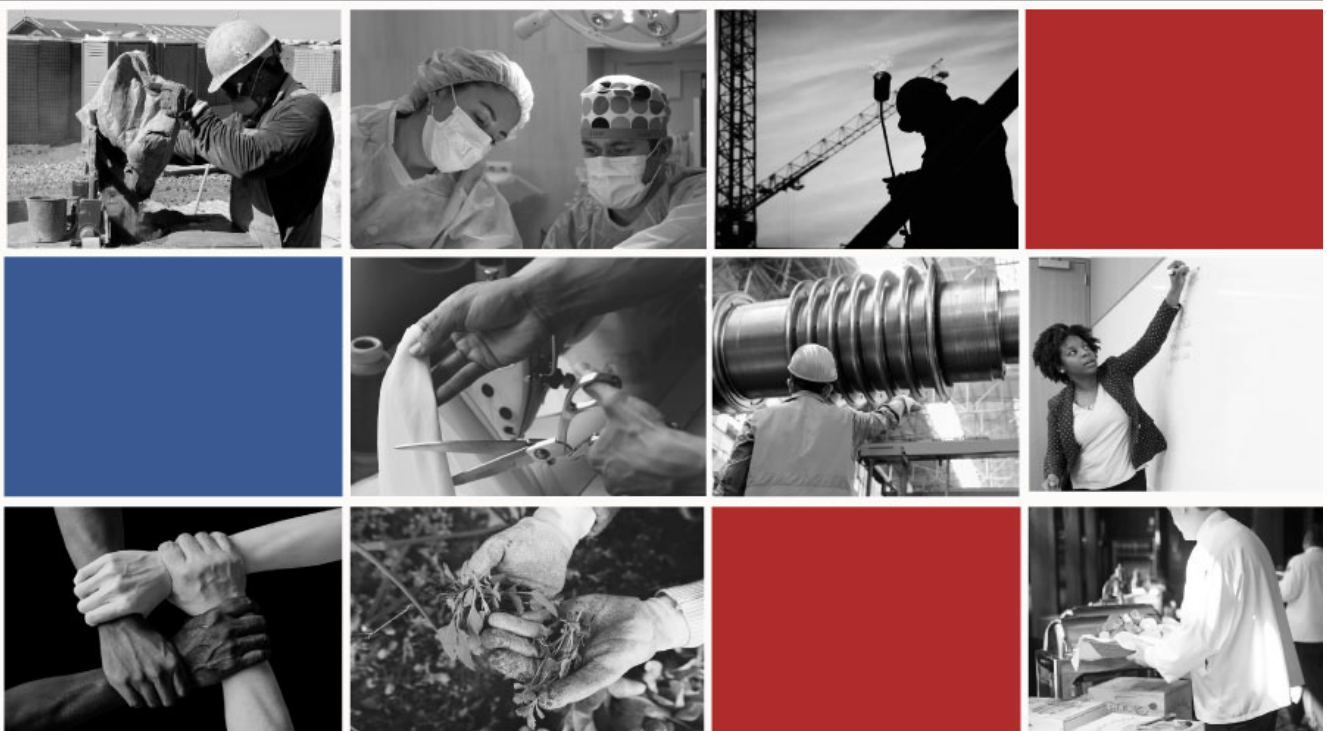
A segunda frente é a luta no Congresso Nacional para barrar projetos do governo federal que visam tornar as condições de trabalho no Brasil ainda piores. Nesse sentido, foi uma grande conquista a derrota expressiva no Senado da Medida Provisória 1.045, que era uma nova tentativa de implantar a chamada “Carteira Verde Amarela”, de empregos precarizados, entre outros elementos prejudiciais aos trabalhadores. Da mesma forma, a mobilização sindical tem conseguido barrar os piores retrocessos pretendidos pelo governo federal na chamada Reforma Administrativa (PEC 32), convencendo os parlamentares com a argumentação crítica apresentada pelas Centrais Sindicais e por sindicatos de servidores de todo o país⁵. Entretanto, ainda restam muitos outros projetos a serem barrados pela luta sindical e popular, como o projeto de lei 1.595/2019, que visa instaurar um estado de exceção permanente no Brasil a pretexto de combater “ações terroristas”, numa ampliação do conceito para

⁴ Os indicadores completos estão em: <https://www.dieese.org.br/boletimnegociacao/2021/boletimnegociacao11.html>

⁵ Para uma análise completa, acesse: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/sinteseEspecial5Pec32.html>

possibilitar a aplicação de ações de vigilância e combate mais ofensivas aos que lutam pelos Direitos Humanos, incluindo o movimento sindical, restringindo o direito ao protesto e à mobilização social⁶.

Por fim, há a frente que unifica as Centrais Sindicais, os movimentos populares e a maioria dos partidos políticos de centro e centro-esquerda: as massivas mobilizações pelo *impeachment* do presidente da República, que já levaram milhões de pessoas às ruas e prometem ser cada vez maiores.



**O DIEESE precisa do seu apoio para continuar produzindo
CONHECIMENTO A SERVIÇO DA CLASSE TRABALHADORA**

APOIE O DIEESE!

Mais informações: relacionamento@dieese.org.br ou 0800 77 33 117

⁶ Em 17 de setembro, o PL 1595/2019 foi aprovado em Comissão Especial e segue para análise no plenário da Câmara.



Escritório Nacional
Rua Aurora, 957, Centro, São Paulo, SP
CEP 01209-001
Tel.: 11 3874-5366 – 11 3821-2199
www.dieese.org.br

Presidente - Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Vice-presidente - José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciários de São Paulo – SP

Secretário Nacional - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo - Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Antônio Francisco da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo – Gabriel Cesar Anselmo Soares

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretora Executiva - Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva - Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo – Claudionor Vieira do Nascimento

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretor Executivo - Sales José da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva - Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

José Silvestre Prado de Oliveira – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Equipe Responsável

César Andaku

José Álvaro Cardoso

Thomaz Ferreira Jensen

Patrícia Costa - revisão